



Enviadas: Quarta-feira, 20 de dezembro de 2017 15:45:22

Assunto: Esclarecimentos CR 01/2017-Casa de Vidro

Boa tarde!

A Prefeitura Municipal de Goiânia, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação-CPL, está promovendo a Concorrência Pública nº 001/2017, tipo menor preço global, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia para Construção do Centro de Cultura e Lazer-Casa de Vidro, localizado na avenida Deputado Jamel Cecílio, s/número, esquina com Avenida E e Rua 52, Praça J-17, setor Jardim Goiás, Goiânia.

O item 5.1.4.3 do edital nos diz o seguinte:

5.1.4.3.1 - Para o julgamento da capacidade técnico-operacional, a Comissão Geral de Licitação utilizará como parâmetro a comprovação de execução, a qualquer tempo, de obras de edificações de complexidade equivalente ou superior aos quantitativos mínimos das parcelas consideradas de maior relevância a seguir:

Item 1: 1000 m² Execução, a qualquer tempo de edificação com mais de 1(um) pavimento contemplando todos os Projetos Complementares: Arquitetura, Estrutural, de Fundação, Elétrico, Hidrossanitário, Sistema de Proteção contra Descargas Elétricas-SPDA, e Incêndio.

Item 2: 2000 kg Fornecimento e instalação de, aço com protensão em estrutura de concreto.

Verificando o item 2: 2000 kg Fornecimento e instalação de, aço com protensão em estrutura de concreto, equivale a 0,53% do valor total da obra, o que é um percentual irrelevante ao analisarmos o valor global.

Observamos também que possui alguns itens da Planilha Orçamentária, com um percentual acima, considerável relevante, se comparado ao valor global da obra, como por exemplo:

O item 20E- Comp 36: Elevador instalado 1200x1400 H=2200 MM, capacidade 9 pessoas 675 kg, V=1M/S, conforme dados de projeto, que equivale a 1,82% do valor global da obra.

Outro item por exemplo:

Item 84191: Piso em Granilite, Marmorite ou Granitina-espessura de 8 mm, incluso juntas de dilatação plásticas, que equivale a 1,54% do valor global da obra.

A recorrente ampara sua pretensão de impugnar item do Edital na norma cogente do § 1º do art. 41, da Lei de regência, *in verbis*:

Art.41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 113.

Inobstante reconhecido esmero de todos servidores desse órgão licitante, porém, é evidente que a exigência contida no edital representa óbice à participação de muitos concorrentes com proposta vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal de preservação do caráter competitivo do procedimento licitatório, positivado no inciso I do § 1º, do art. 3º da Lei de regência, *in verbis*:

Lei nº 8.666/93

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou

domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Além disso, a recorrente ampara sua pretensão nos princípios básicos contidos no **art. 37, XXI, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações)**, bem como na preservação dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e demais princípios correlatos às licitações públicas, **in verbis**:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade** e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Diante do exposto, exsurge o direito líquido e certo, público e subjetivo, do recorrente e de todos demais participantes, pela estrita obediência à lei, **ex vi** do art. 4º e seu parágrafo único, da Lei das Licitações, **in verbis**:

Lei das Licitações

Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º **têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Lei**, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Parágrafo único. O procedimento licitatório previsto nesta Lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

Grifos não existentes no original

Vejamos ainda o que diz a **Lei 8.666/93** em seu **artigo 30, inciso 5, parágrafo 1º e o artigo 44, inciso I, parágrafo 1º, in verbis**:

Art. 30.

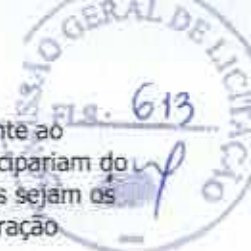
...§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos **ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação:**

Grifos não existentes no original

Art. 44.

...§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigilo, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes:

Grifos não existentes no original



O pedido de comprovação de capacidade técnica de alguns serviços ensejará uma violação evidente ao princípio da igualdade, uma vez que restringirá demasiadamente o número de licitantes que participariam do certame, e ferirá ainda o Item do Edital em questão, que exige que os itens a serem comprovados sejam os de maior relevância e valor significativo, o que obviamente prejudicaria os interesses da Administração Pública.

Solicitamos ao órgão licitante que exclua este item, que ora é irrelevante para o procedimento do Edital, para que assim outras empresas possam participar do certame licitatório.

Att,

Jennyffer Freitas
Geo Engenharia
(62) 3202-3070